

# Gênero e planejamento

## Mulher e Políticas Públicas

Rio de Janeiro: IBAM-UNICEF, 1991.

*Mulher e Políticas Públicas*, editado pelo IBAM, com apoio do UNICEF, tem como objeto o debate sobre a inclusão da questão de gênero no planejamento. Resulta dos textos que subsidiaram três seminários organizados pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas do IBAM.

Na impossibilidade de comentar todos os textos, escolhi um artigo em cada um dos três grandes capítulos que compõem o livro, ou seja: "Trabalhando com Mulheres", "Trabalhando para Mulheres" e "Mulheres Trabalhando".

"Trabalhando com Mulheres" fundamenta a perspectiva de gênero no planejamento, do ponto de vista metodológico, definindo conceitos e categorias de análise. Neste capítulo, deve-se destacar o artigo de Maria Luiza Heilborn, "Gênero e Condição Feminina", que contextualiza as questões envolvidas na análise da condição feminina, numa perspectiva antropológica. É brilhante o *insight* sobre o público e o privado na sociedade brasileira, categorias que permeiam grande parte das discussões sobre a participação política das mulheres, e ainda a questão da violência contra a mulher.

"O que caracteriza a tradição mediterrânea, herdeira que é da romana, é que nessas sociedades ocorre uma oposição entre lar e polis, entre público e privado, bastante acentuada. Mas o lar representa lugar de refúgio e de culto aos espíritos dos ancestrais... Ora, a associação do feminino com um dos pólos valorados do sistema simbólico - a casa - não contradiz, ou apenas o faz superficialmente, com a importância assentada sobre o *pater potestas* (pátrio poder). Entretanto, a resolução desta incongruência - a mulher percebida como portadora de uma natureza negativa (até mesmo perversa) e sua vinculação ao domínio doméstico sagrado - exige o exorcismo do feminino através de uma lógica extrema - a de sua 'santificação' (que importa em assexuali-

zação). Isto não se faz sem ônus, acarreta alta carga de tensão e de possibilidade de ruptura, de emergência dos significados latentes mantidos sob controle. Do ponto de vista do código de gênero o complexo simbólico honra/vergonha tematiza os termos masculino/feminino".

O segundo bloco do livro, "Trabalhando para Mulheres", parte da premissa de que homens e mulheres têm necessidades sociais diversas, que devem estar contempladas no planejamento participativo, e nas políticas públicas. O fortalecimento deste ponto de vista deve ser atribuído, como diz Jacqueline Pitanguy em "Mulher e Cidadania", ao impacto provocado pela entrada do Movimento de Mulheres, como ator político, no cenário nacional e internacional.

Escolhi neste bloco o artigo de Jamil Reston "O Município Uma Instituição de Todos Nós", leitura a ser recomendada a prefeitos e vereadores de todo o Brasil. Jamil Reston, tomando por base a categoria trabalho e utilizando dados da PNAD de 1981 e 1990 reflete sobre a inserção maciça, porém peculiar, da mulher no mercado de trabalho. Um menor número de carteiras de trabalho é atribuído à mão-de-obra feminina, apontando para sua absorção pelo mercado informal, e pela administração pública municipal - onde os salários são mais baixos.

Esta reflexão sobre a peculiaridade do emprego feminino, e a dupla jornada de trabalho, levou Jamil Reston a pensar sobre um planejamento participativo que levasse em conta as necessidades sociais das mulheres. Cita, desta forma, várias medidas que facilitarão o cotidiano das cidadãs no Município, e que dariam a este uma prática mais democrática, tais como horários alternativos de funcionamento dos postos de saúde, que contemplassem a necessidade das mães que trabalham fora, mas que ainda assim têm a seu encargo os cuidados de saúde de toda a família. Sugere ainda onde devem ser localizadas as creches e discute por que os homens devem ser privilegiados nos projetos que prevêm participação remunerada da comunidade, se há tantas mães que são chefes solitárias de famílias.

No terceiro bloco do livro, "Trabalhando para Mulheres", pincei o artigo de Sônia Correia "Educação Sanitária e Ambiental". Logo no início, Sônia Correia muda o título do trabalho para "Educação Sanitária e Ambiental: a Responsabilidade da Mulher", e destaca como referência principal "o papel e a identidade das mulheres, suas aspirações, possibilidades e limitações" a serem levadas em consideração por formuladores e executores de políticas públicas.

A origem do artigo, segundo a autora, é um "estudo exploratório" realizado em dois bairros populares do Recife: Casa Amarela e 21 de Abril. Para facilitar a abordagem, Sônia Correia introduz o tema fazendo uma breve apresentação da cidade do Recife, das peculiaridades de cada bairro e do contexto político da implantação dos projetos.

Um primeiro aspecto destacado: a falta de continuidade das políticas sociais, tão freqüente em nosso país. A falta de compromisso real com os interesses da população faz com que um programa de saneamento básico, questão de saúde pública, possa ser objeto de barganha eleitoral, permitindo que o novo administrador eleito possa interromper a obra já iniciada por seu antecessor.

Também o conflito que se estabelece entre a prática política e a vida privada das mulheres - o antagonismo com maridos e companheiros - é ressaltado por Sônia Correia: "Na prática, a participação das mulheres ameaça o modelo de relação de gênero, que faz a família funcionar". Ou ainda, citando a fala de uma entrevistada: "Só as mulheres sozinhas e que trabalham é que decidem".

Faz lembrar a fala de um revolucionário francês, Chumetto, em 1789, condenando a participação política das mulheres. A citação se encontra no volume do século XIX do livro *Histoire des Femmes*, editora Plon, 1991: "Desde quando é costume ver uma mulher abandonar a piedade ao seu lar e ao berço

das crianças para vir à praça pública, na tribuna dos discursos?" (p.49).

Sônia Correia destaca ainda o fato de que as relações assimétricas de poder, entre mulheres e homens, ultrapassam as fronteiras da casa, se deslocando para o espaço público da prática comunitária.

"Os homens só assistiam às reuniões prestigiosas, em que estavam técnicos e quem decidia, enquanto o trabalho de sensibilização e de mobilização ficava sob responsabilidade feminina".

Em seguida, Sônia Correia analisa o discurso da agência responsável pelo programa de saneamento básico nas duas áreas, tal como se expressa nos folhetos de divulgação das obras.

Na medida em que, quando não existem serviços públicos de saneamento e armazenamento de água nas habitações, nem serviços adequados para a coleta de lixo e dejetos, estes são encargos femininos, as mulheres devem ser consultadas e ouvidas a respeito das soluções técnicas, que interferirão no seu cotidiano - esta poderia ser uma conclusão do texto de Sônia Correia e do livro *Mulher e Políticas Públicas*.

Para encerrar, cito mais uma vez, em tradução livre, o volume do século XIX do *Histoire des Femmes*, coordenado por Georges Duby e por Michèle Perrot, editado em Paris, em 1991, pela Plon. O discurso é do Deputado Guyomar e data de 1793. "A Igualdade Política entre os Indivíduos ou o Problema Muito Importante da Igualdade de Direitos e da Desigualdade de Fato".

"... A exclusão das mulheres (da participação política) é provocada pela necessidade de sua presença no lar? Então", responde ironicamente o Deputado Guyomar, "devemos nos pronunciar contra todos os homens cuja presença é necessária nas suas oficinas e ateliês .."

HELENA BOCAYUVA CUNHA ■